

CAPÍTULO 04

O Segundo Reinado: A Hora da Aristocracia

A – O Golpe da Maioridade (1840)

As disputas entre progressistas e regressistas resultaram no surgimento de dois partidos: O regressista e o conservador, que se alteraram no poder ao longo do segundo reinado. Enquanto o partido liberal se organizou pelo Ato Adicional o Conservador buscou a limitação do liberalismo do Ato Adicional, com uma lei interpretativa. A Regência começou Liberal, mais terminou Conservadora, graças a ascensão da economia cafeeira, já que o produto se tornou no principal produto na pauta de exportações, e como os líderes conservadores eram cafeeiros a liderança se explica.

Com a abdicação de D. Pedro, o Brasil se viu em instabilidade, graças ao caráter transitório em que se apresentavam as regências, um substituto do poder legítimo. Para conter o perigo de fragmentação territorial a antecipação da maioridade de D. Pedro começou a ser cogitada. Levada a Câmara, a proposta foi aprovada, e em 1840, com 15 anos incompletos, D. Pedro jurou a Constituição e foi aclamado D. Pedro II. O proposta foi maquinada por liberais, que aliados do poder, maquinaram esse “Golpe”, para seu retorno, uma vez que comporam o primeiro ministério do Segundo Reinado.



(D. Pedro II)

As disputas políticas no entanto, ficaram cada vez mais sangrentas, e para controlar o país, o partido no poder tratava de eleger nas províncias, presidentes de seu agrado. Nas eleições, chefes políticos tratavam de colocar nas ruas bandos armados, o governo coagia eleitores, fraudava os resultados. Essa forma de fazer política, ficou conhecida como “eleições do cacete” e deu como de se esperar a vitória aos Liberais.

B – As Medidas Anti – Liberais

Apesar das disputas, os partidos Conservador e Liberal eram bem próximos: ambos eram compostos pelos grandes proprietários escravistas, e defendiam os mesmos interesses: eram unidos contra a participação popular nas decisões políticas, sendo a favor de uma política Anti-Liberal e Anti-Popular. Essa maior unidade foi favorecida pelo fortalecimento econômico da aristocracia rural, provocado pelo café, no Vale do Paraíba, gerando o fortalecimento de três estados: São Paulo, Rio e Minas, que fortalecidas impunham ao restante da nação, seus interesses básicos: centralismo e marginalização dos setores mais radicais e democráticos da população.

Para assegurar a ordem pública foi reformado o código Civil e Criminal, conferindo aos poderes locais uma maior soma de poderes, não obedecendo mais ao antigo caráter liberal, pois toda a autoridade policial e judicial ficava subordinada ao Ministério da Justiça.

Se no primeiro reinado foi constante os atritos entre o poder moderador e o Congresso, foi criado em 1847 a Presidência do Conselho dos Ministros, onde o imperador nomeava o presidente do Conselho e este nomeava os demais ministros. Nascia assim o Parlamentarismo Brasileiro, bem diferente ao praticado na Europa, uma vez que no Velho Continente, o Parlamento era quem escolhia seu primeiro ministro. No Brasil o Parlamento nada podia contra os ministros, que davam sua prestação de contas ao Imperador. Este é o que chamamos de “Parlamentarismo as Avessas”.

C – Protencionismo da Tarifa Alves Branco

O tratado de 1810, a redução dos impostos arrecadados, e as concessões feitas ao americanos por ocasião do reconhecimento da Independência, diminuíram em muito a capacidade de arrecadação do governo brasileiro. A falta de uma produção nacional que suprisse as necessidades, fez do país uma economia dependente de fornecimento externo de produtos básicos, como alimentos, algodão... que teriam que ser adquiridos com as divisas de exportação. Economicamente, continuávamos coloniais.

Essa distorção começou a ser corrigida em 1844, com a substituição do livre cambismo por medidas protencionistas, através da Tarifa Alves Branco, como ficou conhecida o decreto do ministro Manuel Alves Branco. As entradas de produtos no Brasil passaram a sofrer um aumento de impostos, para que assim a produção nacional pudesse fazer concorrência aos produtos do exterior. As pressões internacionais foram fortes, especialmente dos britânicos, que detinham enormes privilégios nos comércios com o Brasil. Embora a tarifa não estimulasse decisivamente o desenvolvimento de

um mercado interno, foi um passo importante para isso.

D – A Abolição

Ao tratarmos da abolição do tráfico negreiro, não podemos esquecer que tal acontecimento não foi restrito a vontade nacional, pois a influência da Inglaterra foi importante nesse sentido, face que com a Revolução Industrial e a consolidação do trabalho livre, a sociedade inglesa ficou sensível ao apelo abolicionista, dada a desumanidade que passou a ser visto o trabalho escravo. Logicamente não podemos afirmar que essa “bondade” eram mais importantes que os interesses econômicos oriundos da abolição, pois para a sociedade capitalista, o trabalho livre era essencial, uma vez que escravos não são consumidores.

A Inglaterra passou a exigir do governo brasileiro a extinção do tráfico. Em 1815 um tratado assinado em Viena estabeleceu a proibição do tráfico acima da linha do equador. Em 1817, os governos luso-brasileiro e britânico passaram a atuar unidos na repressão ao tráfico ilícito. Em 1822 a Inglaterra exigiu o fim do tráfico como uma das exigências para o reconhecimento da emancipação do Brasil. Assim um acordo em 1826 delimitou o prazo de três anos para a extinção. Em 1831, com um atraso de dois anos foi fixada uma lei nesse sentido.

Mesmo com essas pressões, o tráfico continuou impune no Brasil, pois toda a economia era assentada sob o trabalho escravo, e a abolição poderia comprometer nossas bases produtivas. Além disso, desde a abdicação de D. Pedro I, as classes senhoriais se apoderaram do poder político, e nenhum dos acordos assinados foi cumprido, alongando a vida do tráfico.

1842	1843	1844	1845	1846	1847
17 435	19 095	22 849	19 453	50 324	56 172

No entanto, a passividade do governo brasileiro, fez a Inglaterra assumir uma atitude extrema. Em 1845 o Parlamento britânico aprovou a Bill Aberdeen, conferindo a marinha o direito de aprisionar qualquer navio negreiro, em qualquer parte do globo.

Ao mesmo tempo, o ideal abolicionista começa a ser espalhado em alguns setores mais letrados da sociedade, e os mesmos começam a defender a extinção do trabalho escravo. Em 1850, o governo brasileiro se curva as pressões internas e externas, e o ministro Eusébio de Queirós, promulga o fim do tráfico negreiro no Brasil.

Uma das principais consequências da extinção do tráfico, foi a liberação de capital, que não sendo mais utilizado na compra de cativos, começou a ser investido em outros setores econômicos. As atividades financeiras e comerciais (apoiadas pelo trabalho livre) tenderam a aumentar.

4 – A Revolução Pernambucana ou Praieira (1848 – 1850)

A – Contextualizado Pernambuco

Assim como as revoluções de 1848 na Europa representaram o encerramento de um ciclo revolucionário iniciado com a Revolução Francesa, a Praieira correspondeu à última das agitações políticas e sociais iniciadas com a emancipação.

Pernambuco era, no século XIX, a mais importante província do nordeste, graças ainda ao açúcar, e seus políticos gozavam de influência no Rio de Janeiro. Entretanto, a concentração fundiária em Pernambuco era tal, que um terço dos engenhos era propriedade de uma única família: a dos Cavalcanti. Desse modo, a totalidade dos pernambucanos dependia direta ou indiretamente de um punhado de famílias que conduzia a sociedade tendo em vista exclusivamente os seus interesses. Pernambuco concentrava ainda um numeroso grupo de comerciantes, de maioria portuguesa, que monopolizavam as trocas mercantis. A concentração da propriedade fundiária e a monopolização do comércio pelos portugueses foram os fatores de permanente insatisfação das camadas populares em Pernambuco.

B – O Partido da Praia

Em Pernambuco existiam dois partidos: o Liberal e Conservador. O Cavalcanti dominavam o Liberal e os Rego Barros, o Conservador. Apesar dos partidos, essas duas famílias costumavam fazer acordos políticos com facilidade.

Porém, em 1842, membros do Partido Liberal se rebelaram e fundaram o Partido Nacional de Pernambuco - que seria conhecido como Partido da Praia. Esses inconformados pertenciam a famílias que haviam feito fortuna em época recente, na primeira metade do século XIX, e tinham como eleitores senhores de engenho, lavradores e comerciantes. Eles deixaram claro o motivo de sua atitude: acusavam o presidente da província Rego Barros de distribuir os melhores cargos administrativos somente entre os membros do Partido Conservador e a cúpula do Partido Liberal. Além dessas proposições, temos ainda do fato de que com a extinção do tráfico de escravos, o contrabando só era negligenciado a favor das duas famílias e todo o restante da sociedade passou a carecer de mão de obra.

C - O Partido da Praia – Da ascensão a Queda

Em 1844 os praieiros conseguiram importantes vitórias com a eleição de deputados para a Assembléia Legislativa local, que colaborou com a expulsão das poderosas famílias do poder no momento da eleição de um ministério liberal.

Uma vez instalados no governo, os praieiros adotaram os mesmos métodos dos conservadores. Demitiram em massa os funcionários da administração e da polícia que haviam sido nomeados pelos conservadores, substituindo-os pelos seus correligionários. O resultado imediato foi um grande caos administrativo.

Para fazer face aos gastos com funcionários públicos, policiamento e obras públicas aumentaram os impostos, encarecendo assim os alimentos, e conseqüentemente gerando uma grande tensão social. O governo usando do sentimento anti-lusitano da população, acabou por culpar os comerciantes portugueses pela alta, provocando a perseguição dos mesmos. Nada disso amenizou o fracasso da administração. Por fim, a descoberta de inúmeras irregularidades em 1848 desmoralizou a administração.

O novo presidente, de inclinação moderada, começou a afastar os praieiros da administração, criando uma situação explosiva.

D – A Rebelião

Sem aliados de peso na Corte, os praieiros se enfraqueceram ainda mais com o fim do domínio liberal no poder central do Rio de Janeiro e a ascensão dos conservadores sob a liderança de Pedro de Araújo Lima.

Tendo entre os seus principais líderes os membros da aristocracia rural pernambucana, o Partido da Praia não era propriamente radical. Mas, diante de seus poderosos inimigos políticos, os praieiros aliaram-se aos líderes mais radicais, que ajudaram a formular as principais exigências: 1° - Voto livre e universal do povo brasileiro; 2° - Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa; 3° - Trabalho como garantia de vida para o cidadão; 4° - Comércio para os cidadãos brasileiros; 5° - Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6° - Extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7° - Elemento federal na nova organização; 8° - Completa reforma do poder judicial de modo a assegurar as garantias individuais dos cidadãos. Destaca-se nas propostas a ideologia da Revolução Francesa.

No entanto, sua rebelião tinha um caráter menos radical do o exposto no manifesto, uma vez que a principal luta era por uma participação na política de maneira irrestrita, sem a monopolização da aristocracia rural.

O levante armado se iniciou com as demissões dos praieiros. Estes se recusaram a deixar os cargos e resistiram armados, mas sem comando unificado. Suas bases eram os engenhos, com recrutamento de combatentes entre dependentes dos senhores.

Até o final do ano de 1848, a rebelião praieira não passava de conflitos isolados, sobretudo no interior, com ataques a vilas para intimidar os opositores ou então aos engenhos inimigos para recolher alimentos, munições e animais de carga.

Mesmo assim, a rebelião praieira havia atingido dimensões suficientemente graves em dezembro de 1848 para que o próprio Estado imperial de intervisse. Com essa intervenção imperial, os praieiros foram obrigados a concentrar as suas forças para resistir. Porém, as suas dificuldades foram aumentando com o corte dos suprimentos de armas e munições, graças à ação de vigilância da polícia, que impediu que tais suprimentos chegassem às mãos dos rebeldes. Contando com aproximadamente 1500 combatentes divididos em duas colunas, os praieiros decidiram atacar o Recife. No confronto com as tropas governistas, os praieiros perderam. Enquanto isso, alguns praieiros fugiram para o exterior e, dos líderes aprisionados, dez foram condenados à prisão perpétua, mas anistiados em 1851.

5 – O Apogeu do Império

Todo o período de tranqüilidade, a superação das crises regenciais e a estabilidade política devem ser em grande parte atribuídos a economia cafeeira. A estrutura produtiva no Brasil como vem, em pouco foi alterado com a emancipação. Continuamos exportadores de base escravista e monocultores. Só que a grande prosperidade que o país alcançou se deveu a produção de um produto com larga aceitação na Europa: o Café (de origem árabe, consumido inicialmente em Veneza e difundido rapidamente para o resto da Europa). Desenvolvida em São Paulo, Rio e Minas, o café forneceu uma sólida base econômica para o domínio dos grandes proprietários e favoreceu a definitiva consolidação do Estado Nacional.

Inicialmente o café teve sua produção em torno da capital do País, o Rio de Janeiro, pois encontrou ali uma estrutura já montada (animais para o transporte, proximidade ao porto escoador), e aproveitou a disponibilidade da mão de obra escrava, que havia sido deixada na ociosidade após o declínio da mineração.

Além disso, o café não necessitava de grandes investimentos iniciais, como a montagem de engenho, conforme o Açúcar. O café dependia de dois fatores básicos: a terra e a disponibilização de mão de obra. Outra diferença

em relação ao açúcar é em relação à separação entre a produção e a comercialização, pois no produto adocicado, as decisões dependiam do setor comercial, os senhores de engenho se tornaram sócios minoritários, enquanto que no café, como foi produzido num país recentemente emancipado, deu um maior espaço de atuação dos produtores, no escoamento, no transporte, pois os mesmos tinham boa capacidade comercial.



(Fazenda Produtora de Café no Vale Paraíba)

Como de 1830 a 1880 o café era comercializado quase que exclusivamente pelo Brasil, o Vale do Paraíba conheceu um período de enorme prosperidade econômica, e estabilizou indiretamente da economia imperial. O café serviu ainda para manter a estrutura colonial da plantation escravista. A cafeicultura se caracterizou por sua plantação predatória e extensiva, assim dada à falta de terras em abundância, o solo se esgotou no Vale, pelo próprio desgaste natural do mesmo com a agricultura, pois os plantadores cariocas, não se utilizavam de técnicas para manter o solo, como por exemplo, a rotatividade do solo, se preocupando apenas em usar a terra até esgotá-la, e feito isso, partir para uma nova terra virgem.

Assim, com o esgotamento do solo no Vale, a produção cafeeira para fugir da decadência se direcionou ao Oeste Paulista, inicialmente em Campinas. Por encontrar um solo não tão acidentado como o do Vale, o plantio ocupava longas extensões de terras no oeste: terras essas conhecidas como roxa, de origem vulcânica, mais fértil. A regularidade do relevo favorecia ainda uma melhor qualidade do café. O transporte do Oeste, também era melhor, pois se aproveitava das redes viárias já disponíveis até o porto de Santos. Quando as plantações se distanciaram dos portos, e o transporte feito por animais não mais sanava as dificuldades, os próprios proprietários, em associações com empresas privadas, começaram a estimular a construção de ferrovias.

Os superávits eram constantes com o café, e recolocou economia nacional no exterior. A tarifa Alves Branco aumentou as receitas

estatais, o fim do tráfico de escravos, liberou capitais para serem aplicados em novas áreas. Essas condições favoreceram o aparecimento de Indústrias, Bancos, Cias. De Navegação a Vapor...

Neste momento, de empreendedorismo, destaca-se a figura do Barão de Mauá, que veio a investir nos mais variados setores, como transporte, produção de navios, bancos... No entanto seus empreendimentos não foram adiante com a grave crise bancária de 1864, e em 1873 o Barão falia definitivamente.

6 – A Política Externa e a Guerra da Paraguai (1865-1870)

A – Contextualizando o Paraguai

A posição geográfica do Paraguai o deixava completamente dependente da Argentina, pois situado no interior do prata, seus comerciantes ficavam a mercê do porto e dos comerciantes de Buenos Aires. Estava claro, que para o Paraguai o direito de navegar com segurança e a garantia de manter aberta a comunicação com o exterior eram interesses vitais.

Diante deste quadro de completa dependência, os governos paraguaios desenvolveram uma política voltada para dentro para que assim dependesse o mínimo possível do exterior. O primeiro ditador Paraguaio, Francia, percebeu que desenvolver uma política voltada para exportação daria muitos poderes aos grandes proprietários rurais e a burguesia mercantil, além de trazer consequentemente a dependência para com Buenos Aires, e as concessões para os Argentinos custariam a soberania do país.

Para estimular o mercado interno houve o incentivo as pequenas e médias propriedades dirigidas ao consumo local, além do confisco das grandes propriedades e monopolização do comércio com o exterior. Assim, os traços que fizeram as peculiaridades do Paraguai foram: pequenas propriedades, estatização e ditadura.

O segundo ditador, Carlos Antonio López, se preocupou em desenvolver a indústria. As receitas obtidas com as exportações de couro e erva mate foram gastas com o equipamento técnico do país, e a contratação de técnicos no exterior, e o envio de estudantes para o velho continente, promovendo ao Paraguai uma condição de extinção do analfabetismo, eliminação da miséria e total auto-suficiência.

B – O Confronto

Brasil e Argentina eram os países mais fortes do continente, com interesses evidentes no estuário do prata. O Uruguai, era um ponto de constante atrito entre as duas

nações. Os uruguaios estavam dentro de uma guerra civil, com a bipolarização política entre blancos (apoiados pela Argentina) e colorados (apoiados pelo Brasil).

Para o Paraguai a independência do Uruguai seria a única forma de manter o acesso aos mares, outra alternativa comprometeria o acesso e isso era intolerável.

O motivo imediato da guerra foi a intervenção brasileira a favor dos colorados, desfazendo o equilíbrio das forças no Prata e alarmando o Paraguai. Em represália, Solano López, apreendeu um navio brasileiro no Rio Paraguai, navio este que trazia o presidente da província do Mato Grosso. As relações com o Brasil foram rompidas e no mesmo mês (Novembro) o Mato Grosso foi invadido, para depois o Paraguai avançar sobre o Uruguai para tentar atingir o Rio Grande do Sul. Com esta tática já definida anteriormente, com um preparo militar adequado, o Paraguai mostrava que não estava mais a margem de Argentina e Brasil, agora o mesmo era uma força a ser olhada com cuidado, pois sua força militar era considerável.

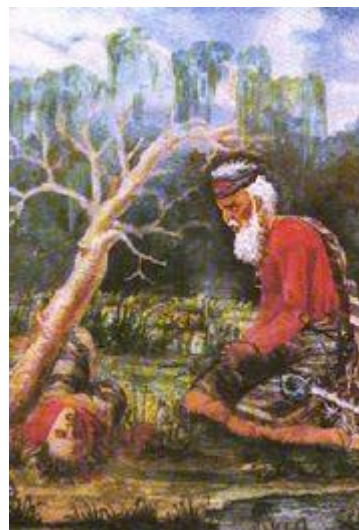
Diante do perigo de uma terceira potência no continente, brasileiros e argentinos resolveram deixar em segundo plano seus problemas e com o apoio inglês, estabeleceram uma aliança. Esse apoio inglês se devia ao fato do Paraguai, com seu modelo econômico independente, não estar completamente inserido a ordem econômica mundial, dominada pela Inglaterra. Assim, patrocinado pela Inglaterra em Maio de 1865 formou-se a Tríplice Aliança, com o Brasil, Argentina e Uruguai.

O exército brasileiro era mal administrado e mal formado, sem senso de patriotismo, disciplina. Diante deste quadro, reforços eram importantes, daí a entrada da Guarda Nacional e o recrutamento maciço de negros alforriados.

Na guerra naval do Riachuelo o Brasil impôs uma pesada derrota ao Paraguai e mostrou o seu melhor preparo naval. No ano de 1866 os aliados partiram na conquista por terra, no entanto, neste momento Argentina e Uruguai deixam a guerra, com o Brasil iria se encarregando do confronto. Com Duque de Caxias no comando do exército, em 1868 o Brasil derrotou a resistência paraguaia em Humaitá. Em 1869, Caxias finalmente marchava sobre Assunção, e em 1870 capturava e matava Solano López, para em 1876 ser estabelecida a Paz na Conferência de Buenos Aires.

C – Consequências

Logicamente, o principal afetado pela guerra foi o Paraguai, que teve seu território devastado, a população dizimada, especialmente a masculina e alterou profundamente sua história a partir daí.



(Chacina no Paraguai)

Para o Brasil, as consequências foram desastrosas. A escravidão, base de nossa economia, começou a ser contestada a partir da participação dos negros no exército. Com a guerra, o exército ultrapassou em importância a Guarda Nacional e ciente disso não aceitou mais civis em seu comando. Para a monarquia a guerra foi desastrosa, com críticas a escravidão e abertura para o ideal republicano.

7 – Declínio Imperial

A – A Política do Momento

Como vimos, na chefia do Gabinete dos Ministros o poder ficou dividido entre Moderados e Conservadores, que conseguiram a conciliação na questão mais importante: os escravos. Através de um acordo as facções políticas iniciaram a era da conciliação. A era se caracterizou por alternâncias políticas entre os grupos que adotavam a mesma política, quer no governo, quer na oposição.

No entanto acontecimentos como a guerra do Paraguai, a abolição do tráfico negreiro e o café, comprometeram o entendimento gerando as divergências, que iriam desembocar futuramente no Partido Republicano.

Com a radicalização das posições o Imperador interferiu a favor dos conservadores. O Gabinete entrou em atrito com Caxias durante a guerra, para sanar os problemas, o Imperador nomeou para o mesmo somente conservadores, que assim estariam afinados com o Duque, encerrando a conciliação. A partir daí, as radicalizações ganharam impulso, com o ideal republicano começando a se consolidar.

B – A Questão Escrava

A questão central dos problemas do império se centravam na questão escravista. As pressões inglesas pelo fim da escravidão cresciam nas mesmas proporções que a opinião pública contra o regime de trabalho. Para

amenizar os problemas, os senhores de terra, dependentes do modelo e cientes de que sua posição se tornava cada vez mais insustentável, se calaram no parlamento, e eram seguidos pelo governo, temeroso com os rumos que o fim do trabalho escravo poderia gerar. Em 1860 a questão do trabalhador negro se tornou pública, os debates no parlamento ganharam em intensidade com o fim da Guerra do Paraguai. O regime de trabalho estava concentrado no sul e sudeste do país. A Guerra de Secessão mostrou que o regime não tinha futuro promissor. Com a Revolução Industrial, apenas o Brasil e Cuba eram escravistas em meados do século XIX.

Neste âmbito em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que adaptada aos interesses escravistas propunha que os filhos de escravos nascidos a partir desta data eram considerados livres. No entanto, essa solução que para o Parlamento era considerada definitiva, apenas adia o problema para o futuro, e isso não passou despercebido pela opinião pública.

Na luta contra a escravidão, publicações sobre começaram a circular, até a fundação da Confederação Abolicionista em 1883 que veio a unificar o movimento. Além do papel dos abolicionistas serem considerados importantes, o papel dos escravos não pode ser menosprezado no movimento abolicionista, face a quantidade de rebeliões, fugas, movimentos estes que nos mostram que os escravos não foram passivos neste contexto, dado que a possibilidade de uma rebelião escrava atemorizou os escravistas, enfraquecendo sua resistência ao movimento. Membros governamentais e o exército, quando não apoiavam fugas, se omitiam em relação a sua repressão.

Em 1885 foi aprovada a Lei Saraiva – Cotegeipe, ou Lei dos Sexagenários, promulgada graças ao fator da camada escravista estar naquele momento muito pressionada e se vendo obrigada a fazer novas concessões. Essa lei estabelecia a liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Com essas características, a lei teve alcance reduzido, pois raramente um escravo chegava a essa idade, e quando chegava não era mais produtivo e assim acabava por ser “jogado” para fora da unidade produtiva sem condições de trabalhar, para viver na miséria, com o bônus de o antigo senhor não ter mais que arcar com os custos de um escravo inválido, improdutivo.



(O escravo retratado como objeto)

Como ápice deste momento de concessões forçadas, em 1888 na ausência de D. Pedro II, Princesa Isabel, pressionada pela opinião pública e pela insistência inglesa, assumiu a regência e promulgou a Lei Áurea, extinguindo o trabalho escravo.

C – A Transição para o Trabalho Livre

A estabilidade do setor que dava estabilidade ao Império estava comprometido com o fim do trabalho escravo: a zona cafeeira, que veio a intensificar o tráfico de escravos, num momento de que como vimos era desfavorável a essa prática. Assim o fim do escravismo passou a ser considerado por alguns cafeicultores mesmo antes de seu fim. Neste momento o Oeste Paulista estava expandindo a sua produção, e graças a esse momento histórico, os fazendeiros puderam lançar mão da imigração europeia, transformando a cafeicultura numa economia capitalista, e que se adequou a substituição de regime de trabalho de uma melhor maneira do que a já sólida cafeicultura escravista do Vale do Paraíba.

O primeiro modelo proposto aos imigrantes foram as colônias de parceria, onde os imigrantes se comprometiam a cultivar uma certa quantidade de cafeeiros, colher e beneficiar o produto e repartir o dinheiro da venda com o fazendeiro. No entanto, essa proposta fracassou, pois as frustrações do colonos eram enormes, uma vez que já chegavam ao Brasil endividados com as despesas de viagem, e tinham que arcar também com as despesas com a alimentação, que nunca eram passíveis de serem saldadas. Este fato levou a alguns países europeus proibir a imigração para o Brasil.

A outra solução tentada foi o comércio intra-provincial de escravos que estavam nas economias decadentes do norte ou das minas. Isso trouxe duas consequências básicas: agravamento da situação econômica do norte e não resolução das necessidades do sul.

Sob a pressão abolicionista e ameaça da desorganização de seus centros de produção, os fazendeiros paulistas lançaram mão da imigração, e graças a prosperidade do Oeste Paulista conseguiram arcar com os custos de sua implementação.

Para resolver a ineficiência do sistema de parcerias, a imigração ganhou novo impulso, quando o governo da província de São Paulo assumiu os encargos, de viagem principalmente, desonerando os fazendeiros. Em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, que veio a regulamentar a forma do acesso as terras, isso é, as terras só poderiam se conseguidas mediante as compras. Assim os senhores dificultavam o acesso a terra às pessoas com pouco recursos, garantindo assim as suas necessidades de mão de obra.

Os imigrantes que chegavam no Brasil foram trabalhar sob o regime de colonato, onde cada família era remunerada proporcionalmente aos pés de café entregues a ela. Além disso, recebiam uma gratificação por café colhido. No entanto, a grande vantagem aos colonos foi a possibilidade de plantar entre os cafezais produtos para sua subsistência, e poderiam inclusive vender o excedente dessa produção. Resumindo, o colonato caracterizava-se por um pagamento fixo no trato do cafezal, um pagamento que variava de acordo com a colheita e a produção direta de alimentos.

Os fatores da existência de disponibilidade de grandes quantidades de terras, a custos baixos para os fazendeiros, o pouco investimento na aquisição de mão de obra, já que os trabalhadores plantavam o que consumiam, fazia com que os cafezais se espalhassem no oeste. A medida que as fazendas iam aumentando, a valorização das terras próximas subiam, e se tornavam cada vez menos acessível as pessoas de baixa renda. A entrada de imigrantes acabou por ajudar na constituição do mercado de trabalho, elemento essencial para o capitalismo.

D – A Industrialização no Brasil

Com a extinção do tráfico negreiro, o capital que até então foi empregado no comércio foi redirecionado para outras áreas econômicas, dentre elas a indústria. A industrialização do Brasil teve início or volta de 1870 estando atrelada a imigração em massa e a expansão do café. Com isso os cafeicultores acumularam capitais e diversificaram suas atividades econômicas. Além disso, a imigração e o fim da escravidão contribuíram para a formação de um mercado de trabalho, e para formação de um mercado de consumidores. As primeiras indústrias, tiveram o papel de concentrar e substituir as produções artesanais, para que na República as indústrias pudessem substituir os produtos importados.

E – O Movimento Republicano

A partir de 1850 o Brasil passou por transformações em suas características sócio-econômicas, com incremento nas indústrias, nos transportes, nas técnicas de plantação e na urbanização. Dois fatores são importantes para a proclamação da república: em primeiro lugar, o governo imperial não acompanhou a modernização pelas quais o país passava, não se adaptando por tanto as suas mudanças. Além disso, o fim da escravidão dividiu a elite dominante dos grandes proprietários. Por último, vale destacar que a República teve a participação direta dos fazendeiros do café.

O ideal republicano esteve presentes em movimentos anti-coloniais, como a Inconfidência Mineira e outros. No entanto o ideal era vinculado

a oposição a colônia, mais em fins do século XIX o ideal renasce em plena capital do Império.

O ponto de partida para a República situou-se no lançamento do Manifesto Republicano em 1870. O conservadorismo do manifesto pode ser notado:

“Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses de nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos”

Os republicanos se aproximavam dos liberais na questão da necessidade de reformas para se evitar revolução. O Manifesto foi aceito em Minas e São Paulo, verdadeiros núcleos republicanos, não tendo a mesma aceitação em outras províncias. O ideal republicano foi prejudicado pela sua falta de identidade própria face os estreitos laços com os liberais, que apesar dos pontos em comum, eram monarquistas. Somente em 1878, passaram a agir de forma independentes e ganharam identidade.

Outro ideal importante foi o federalismo. Os presidentes provinciais sempre estavam direcionados as determinações do poder central, pouco se importando com os problemas internos das províncias. O grande problema era que a administração central estava emperrada não acompanhando a modernização pela qual passava o país e acabava por atrasar economicamente províncias promissoras com a de São Paulo.

Isso se devia ao fato de que os ocupantes dos altos cargos do governo eram decididos por tradição, afastando das tomadas de decisões os setores mais dinâmicos, como os cafeicultores paulistas. Assim, o império por estes passou a ser visto como inadequado. Com isso o federalismo emergiu e se associou ao republicanismo.

Os republicanos eram contrários a revolução violenta, sendo seguidores do positivismo, e chegaram a fundar com base nessa ideologia a ordem “Igreja Positivista do Brasil” em 1881, que teve uma influência decisiva na política após a proclamação.

O positivismo brasileiro era anti-revolucionário, elitista e ditatorial, acreditando que a evolução histórica do país o faria chegar na república, daí o seu caráter passivo.

F – A Proclamação da República

No Brasil a religião oficial era a católica, garantida com a instituição do padroado, onde o imperador nomeava seus clérigos para os cargos mais importantes da Igreja, e as bulas papais só seriam aceitas com o aceite do imperador. O Papa em mais uma de suas bulas condenou as maçonarias e inetriditou padres e fiéis de pertecerem aos seus quadros. Dado o grande número de religiosos ligados a maçonaria no

Brasil, essa bula não foi aceita. Em 1872 os bispos de Olinda e Belém decidiram aplicar as determinações do papa e suspendeu irmandades que não cumpriram as determinações papais. O imperador resolveu anular as suspensões, mais como os bispos se mantiveram irredutíveis, foram julgados e condenados pela ordem imperial. A prisão, mesmo com o posterior perdão foi considerada uma afronta a Igreja, e esta afastou-se do Império. Este fato é o que na história designamos de Questão Religiosa.

O Exército ganhou forma, consciência e importância com a Guerra do Paraguai e começou a mostrar descontentamento com o tratamento dado pelo poder imperial. Sua queixas acabaram se tornando públicas, com a difusão do ideal republicano e positivista em seus quadros. No entanto, os militares estavam proibidos de se manifestarem pela imprensa sobre questões internas. A Questão Militar teve início em 1884, quando o Ceará se tornou o primeiro estado a abolir a escravidão, e o jangadeiro cearense Francisco Nascimento (Dragão do Mar), considerado herói por liderar os jangadeiros locais a não transportar negros africanos, foi convidado a ir a Corte para receber homenagens de abolicionistas, sendo recebido na Escola de Tiros em Campos, pelo coronel Sena Madureira. Quando a imprensa noticiou tal recepção, o Ministro da Guerra tratou de interpelar Madureira, mais este alegando ser subordinado ao Conde D'Eu não lhe deveria explicações. Este foi o primeiro de muitos descontentamentos e tensões dentro de Exército com comporam a Questão Militar, protagonizada pelo coronel Ernesto Augusto de Cunha Matos. Este em visita as tropas do Piauí denunciou irregularidades praticadas pelo capitão Pedro Lima, do partido Conservador. Um deputado do mesmo partido saiu em defesa do correligionário e fez ataques a Cunha Matos. Isto provocou profundas discussões na Câmara, onde o Ministro da Guerra compareceu ao Senado para discutir o assunto. Sena Madureira, publicou um artigo defendendo Cunha Matos e foi punido pelo Ministro da Guerra. Estes fatores serviram para difundir o ideal republicano e acabou por afastar os militares do Imperador, dando origem ao golpe de 15/11/1889.

Como resposta a situação crítica, o Império promoveu reformas para amenizar as distensões. Na apresentação na Câmara, esta dominada pelos conservadores, o projeto foi rejeitado. Como resposta o governo dissolveu a Câmara e convocou uma nova para 20/11/1889. A dissolução gerou inquietações e os Partidos Republicanos de Minas e Rio solicitaram a intervenção militar. O Exército se mostrou sensível ao apelo. Em 11 de Novembro, líderes republicanos se reuniram com Deodoro da Fonseca, para que este liderasse o movimento de

depor a Monarquia. Deodoro aceitou e em 15 de Novembro de 1889 era deposta a Monarquia.

Exercícios: Enem

1) Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia.

Nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista. AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: Revista de Hist. • ia. Ano 1, n.o 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do séc. XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica:

a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.

b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.

c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.

d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.

e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

2) Substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai. CHIAVENATTO, J. J. Genocídio americano: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979 (adaptado). O imperialismo inglês, "destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre". Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos

E não tem provas documentais. Contudo essa teoria tem alguma repercussão. (DORATIOTO). F. Maldita guerra: nova hist. • ia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002

(adaptado). Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre:

- a) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa Guerra.
- b) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa Guerra.
- c) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
- d) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa Guerra.
- e) o nível de crueldade das ações do exército brasileiro e argentino durante o conflito.

(3) Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil. Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.
- Rio de Janeiro – 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.
- Salvador – 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.
- Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.
- Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

GOMES. L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (adaptado) Uma das consequências desses eventos foi:

- a) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros,
- b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o

Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

4) Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil. Alvará de liberdade para as indústrias (1.º de Abril de 1808). In Bonavides, P.; Amaral, R. Textos políticos da História do Brasil. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- a) A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- b) A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- c) A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- d) O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio interna - nacional.
- e) O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

5)

Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos

Representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado:

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

6) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito. Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é:

A submeter o indivíduo à proteção do governo.

B hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.

C estimular a formação de propriedades comunais.

D vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.

E defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

7) Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: “A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra”. TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990 (adaptado). Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte americanos do seu tempo:

A buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.

B tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.

C valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.

D relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.

E acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

8) No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti: Marinheiros e caiados Todos devem se acabar, Porque só pardos e pretos O país hão de habitar. AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907. O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

A dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.

B da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da

Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.

C do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.

D do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.

E da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

9) A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e(ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos. K. Munanga. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003, p. 37. Com relação ao assunto tratado no texto acima, é correto afirmar que:

A colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.

B a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.

C o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.

D a exploração da África decorreu do movimento de expansão européia do início da Idade Moderna.

E a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

10) Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para

fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. (...) E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações. Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80. Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à

estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

A se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.

B extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.

C se tornou dependente da economia européia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.

D se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.

E teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

11) Lei Eusébio de Queirós (fim do tráfico negreiro)

Lei do Ventre Livre (liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)

Lei dos Sexagenários (liberdade para os escravos maiores de 60 anos)

Lei Áurea (abolição da escravatura)

1850 1871 Abolição da escravatura

1885 1888 Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

A O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.

B O primeiro passo para a abolição da escravatura foi à proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.

C Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.

D Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.

E Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

12) Um dia, os imigrantes aglomerados na amurada da proa chegavam à fedentina quente de um

porto, num silêncio de mato e de febre amarela. Santos. — É aqui! Buenos Aires é aqui! — Tinham trocado o rótulo das bagagens, desciam em fila. Faziam suas necessidades nos trens dos animais onde iam. Jogavam-nos num pavilhão comum em São Paulo. — Buenos Aires é aqui! — Amontoados com trouxas, sanfonas e baús, num carro de bois, que pretos guiavam através do mato por estradas esburacadas, chegavam uma tarde nas senzalas donde acabava de sair o braço escravo. Formavam militarmente nas madrugadas do terreiro homens e mulheres, ante feitores de espingarda ao ombro. Oswald de Andrade. *Marco Zero II – Chão*. Rio de Janeiro: Globo, 1991.

Levando-se em consideração o texto de Oswald de Andrade e a pintura de Antonio Rocco reproduzida acima, relativos à imigração européia para o Brasil, é correto afirmar que:

A visão da imigração presente na pintura é trágica e, no texto, otimista.

B a pintura confirma a visão do texto quanto à imigração de argentinos para o Brasil.

C os dois autores retratam dificuldades dos imigrantes na chegada ao Brasil.

D Antonio Rocco retrata de forma otimista a imigração, destacando o pioneirismo do imigrante.

E Oswald de Andrade mostra que a condição de vida do imigrante era melhor que a dos ex escravos.

13) Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto

Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo

foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. *Apresentação da coleção*. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações). Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.

B O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência

norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

C Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.

D Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.

E Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

14) O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: “Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1.º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela idéia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2.º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3.º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’; 4.º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5.º) a ação da família imperial.” Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações). Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

A de idéias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.

B de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

C partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.

D política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

E religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

01. (MACKENZIE) Do ponto de vista político, podemos considerar o Período Regencial como:

- a) uma época conturbada politicamente, embora sem lutas separatistas que comprometessem a unidade do país;
- b) um período em que as reivindicações populares, como direito de voto, abolição da escravidão e descentralização política, foram amplamente atendidas;
- c) uma transição para o regime republicano que se instalou no país a partir de 1840;
- d) uma fase extremamente agitada com crises e revoltas em várias províncias, geradas pelas contradições das elites, classe média e camadas populares;
- e) uma etapa marcada pela instabilidade política, já que a oposição ao Imperador Pedro I aproximou os vários segmentos sociais, facilitando as alianças na Regência.

02. Durante o Período Regencial:

- a) A monarquia imperial foi extinta, instaurando-se em seu lugar uma república Federalista.
- b) Os regentes governaram de forma absoluta, fazendo uso indiscriminado do Poder Moderador.
- c) As facções federalistas criaram a Guarda Nacional, um eficiente instrumento militar de oposição ao Exército regular da Regência.
- d) Nenhum regente fez uso do Poder Moderador, o que, de certa maneira, permitiu a prática do Parlamentarismo.
- e) As camadas populares defenderam a proclamação de República e a extinção da escravidão.

03. (UFGO) O Período Regencial apresentou as seguintes características, menos:

- a) Durante as Regências surgiram nossos primeiros partidos políticos: o Liberal e o Conservador.
- b) O Partido Liberal representava as novas aspirações populares, revolucionárias e republicanas.
- c) Foi um período de crise econômica e social que resultou em revoluções

como a Cabanagem e a Balaiada.

d) Houve a promulgação do Ato Adicional à Constituição, pelo qual o regente passaria a ser eleito diretamente pelos

cidadãos com direito de voto.

e) Formaram-se as lideranças políticas que teriam atuação marcante no II Reinado.

04. (UNITAU) Sobre o Período Regencial (1831 - 1840), é incorreto afirmar que:

a) foi um período de intensa agitação social, com a Cabanagem no Rio

Grande do Sul e a guerra dos Farrapos no Rio de Janeiro;

b) passou por três etapas: regência trina provisória, regência trina e regência una;

c) foi criada a Guarda Nacional, formada por tropas controladas pelos grandes fazendeiros;

d) através do Ato Adicional as províncias ganharam mais autonomia;

e) cai a participação do açúcar entre os produtos exportados pelo Brasil e cresce a participação do café.

05. (UFS) " ... desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa

destes direitos imprescritíveis constituindo-se República Independente; toma na extensa escala dos Estados Soberanos o lugar

que lhe compete ..."

Na evolução histórica brasileira, pode-se associar as idéias do texto à:

a) Sabinada

b) Balaiada

c) Farroupilha

d) Guerra dos Emboabas

e) Confederação do Equador

06. "Em 1835, o temor da "haitianização" que já era comum entre muitos políticos do Primeiro Reinado, cresceu ainda mais depois da veiculação da estarrecedora notícia: milhares de escravos se amotinaram a ameaçavam tomar a capital da

província."

O texto acima trata da:

a) Balaiada ocorrida no Maranhão;

b) Revolta dos Quebra-Quilos, verificada em Alagoas;

c) Abrilada, detonada no Rio de Janeiro;

d) Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia;

e) Revolta do "Maneta", destravada em Pernambuco.

07. (MACKENZIE) Marque a alternativa que completa corretamente o texto seguinte:

"As causas da _____ eram anunciadas por Bento Gonçalves no manifesto de 29 de agosto

de 1838, denunciando as altas tarifas sobre os produtos regionais: ouro,

sebo, charque e graxa, política esta responsável pela separação da província de

São Pedro do Rio Grande do Sul da Comunidade Brasileira."

a) Cabanagem

b) Balaiada

c) Farroupilha

d) Sabinada

e) Confederação do Equador

08. (UCSAL) Durante as primeiras décadas do Império, a Bahia passou grande agitação política e social. Ocorreram várias r

evoltas contra a permanência de portugueses que haviam lutado contra os baianos na Guerra da Independência. Entre as revoltas a que o texto se refere pode-se destacar, a:

a) Farroupilha

b) Praieira

c) Balaiada

d) Cabanagem

e) Sabinada

09. (FUVEST) A Sabinada que agitou a Bahia entre novembro de 1837 e março de 1838:

a) tinha objetivos separatistas, no que diferia frontalmente das outras rebeliões do período;

b) foi uma rebelião contra o poder instituído no Rio de Janeiro que contou com a participação popular;

c) assemelhou-se à Guerra dos Farrapos, tanto pela posição anti-escravista quanto pela violência e duração da luta;

d) aproximou-se, em suas proposições políticas, das demais rebeliões do período pela defesa do regime monárquico;

e) pode ser vista como uma continuidade da Rebelião dos Alfaiates, pois os dois movimentos tinham os mesmos objetivos.

10. (UMC) O Golpe da Maioridade, datado de julho de 1840 e que elevou D. Pedro II a imperador do Brasil, foi justificado como sendo:

a) uma estratégia para manter a unidade nacional, abalada pelas sucessivas rebeliões provinciais;

b) o único caminho para que o país alcançasse novo patamar de desenvolvimento econômico e social;

c) a melhor saída para impedir que o Partido Liberal dominasse a política nacional;

d) a forma mais viável para o governo aceitar a proclamação da República e a abolição da escravidão;

e) uma estratégia para impedir a instalação de um governo ditatorial e simpatizante do socialismo utópico.

11. (FATEC) No século XIX, a Inglaterra pressionou diversos países para acabar com o protecionismo comercial e com a existência do trabalho compulsório. Esta situação culminou, em 1845, com o "Bill Aberdeen". Neste contexto o Brasil sancionou, em 1850, a "Lei Eusébio de Queirós" tratando:

a) da extinção do sistema de parceria na lavoura cafeeira;

b) da manutenção dos arrendamentos de terras;

c) da extinção do tráfico indígena entre o norte e o sul do país;

d) da manutenção do sistema de colonato na lavoura canavieira;

e) da extinção do tráfico negreiro.

12. A vida político-partidária do Segundo Reinado estava marcada pela disputa entre o Partido Conservador e o Partido Liberal.

Os dois partidos se caracterizavam por, exceto:

a) defender a monarquia e a preservação do "status quo";

b) representar os interesses da mesma elite agrária;

c) possuir profundas diferenças ideológicas e de natureza social;

d) ter origem social semelhante;

e) alternarem-se no poder, com predomínio dos conservadores.

13. (UCSAL) A Tarifa "Alves Branco", de 1844, como ficou conhecido o decreto do Ministro da Fazenda, foi uma medida de caráter:

a) reformista

b) monopolista

c) protecionista

d) mercantilista

e) cooperativista

14. (UCSAL) A introdução da mão-de-obra do imigrante na economia brasileira contribuiu para a:

a) desestruturação do sistema de parceria na empresa manufatureira;

b) implantação do trabalho assalariado na agricultura alimentícia;

c) expansão do regime de co-gestão nas indústrias alimentícias;

d) criação de uma legislação trabalhista voltada para a proteção do trabalho;

e) reordenação da estrutura da propriedade rural nas áreas de produção açucareira.

15. (UBC) A Lei de Terras de 1850 garantia que no Brasil:

a) os escravos, após sua libertação, conseguissem um lote de terras para o cultivo de subsistência;

b) os brancos pobres ficassem ligados como meeiros aos grandes proprietários de terras;

c) todas as terras fossem consideradas devolutas e, portanto, colocadas à disposição do Estado;

d) a posse de terra fosse conseguida mediante compra, excluindo as camadas populares e os imigrantes europeus da possibilidade de adquiri-la.

e) n.d.a.

16. (UNIFENAS) A Questão Christie refere-se a:

- Uruguai.
- a) Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai.
- b) Atritos entre a Inglaterra e diversos países da América Latina.
- c) Aliança da Inglaterra com a Argentina contra o Brasil.
- d) Atritos entre a Inglaterra, Argentina e Uruguai.
- e) Atritos diplomáticos entre Inglaterra e Brasil.

17. (UBC) Na Guerra do Paraguai (1865 - 1870), o Brasil teve como aliados:

- a) Bolívia e Peru
 b) Uruguai e Argentina
 c) Chile e Uruguai
 d) Bolívia e Argentina
 e) n.d.a.

18. (FGV) "Será o suplício da Constituição, uma falta de consciência e de escrúpulos, um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a bancarrota do Estado, o suicídio da Nação."

No texto acima, o deputado brasileiro Gaspar de Silveira Martins está criticando:

- a) a proposta de Getúlio Vargas de reduzir a remessa de lucros;
 b) o projeto da Lei dos Sexagenários, do gabinete imperial da Dantas;
 c) o projeto de legalizar o casamento dos homossexuais, de Marta Suplicy;
 d) a proposta de dobrar o salário mínimo, de Roberto de Campos;
 e) o projeto de Luís Carlos Prestes de uma "República Sindicalista".

19. (FAZU) As estradas de ferro brasileiras, no Segundo Reinado, concentravam-se, sobretudo, nas regiões de produção:

- a) do fumo
 b) do milho
 c) do cacau
 d) do café
 e) do feijão

20. (FESP) Assinale a alternativa que não contém uma característica referente ao período do Segundo Reinado (1845 - 1889):

- a) fim do tráfico negreiro;
 b) elaboração da primeira Constituição brasileira;
 c) domínio do café no quadro das exportações brasileiras;
 d) início da propaganda republicana;
 e) participação na Guerra do Paraguai.

Gabarito

- 1 – D 2 – D 3 – B 4 – A 5 – C
 6 – D 7 – C 8 – E 9 – B 10 – A 11
 – E 12- C 13 – C 14 – B 15 – D
 16 – E 17 –B 18 – B 19 – D 20 – B

Questões Abertas

1 – Caracterize o Ato Adicional de 1834. Por que ele significou " O Avanço Liberal"

2 – Identifique a posição política dos regressistas e progressistas.

3 – Dentre as rebeliões que eclodiram durante o período regencial, a Guerra dos Farrapos foi a mais longa e de resultados efetivos, uma vez que os rebeldes conseguiram dominar um território e nele instalar um governo próprio.

Qual a origem e o objetivo principal da Revolução Farroupilha?

4 – Em 1850 foi decretada no Brasil a Abolição do Tráfico de Escravos. Estabeleça a relação existente entre: A) Inglaterra B) Revolução Industrial C) Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil.

5 – Ao contrário do Tratado de Comércio e Navegação de 1810, a Tarifa Alves Branco de 1844 consagra a predominância dos interesses britânicos na economia brasileira. Esta correta ou errada essa afirmação? Justifique.

6 – Dentre as rebeliões internas ocorridas no Brasil, no Segundo Reinado, qual sentido social que se atribui a Revolução Praieira?

7 – Explique a diferenciação da produção cafeeira para a açucareira e o porque da expansão da cafeicultura no Brasil, ressaltando sua importância para estabilidade do Segundo Reinado.

8 – Caracterize em linhas gerais a originalidade do modelo paraguaio e o porque que suas características fizeram desembocar na Guerra do Paraguai.

9 – Explique as circunstâncias políticas no Uruguai que fizeram emergir a Guerra em seu vizinho, Paraguai.

10 – Caracterize o Regime do Colonato.

11 – Nas condições históricas em que se deu a Proclamação da República, estabeleça a relação entre:

a) Movimento Republicano

b) Questão Militar.